

## ÍNDICE

<b>NOTA EDITORIAL</b> .....	5
<b>DOCTRINA</b>	
<b>Mário Pinto</b> – Sobre o princípio da subsidiariedade do Estado, na comemoração da sua expressa inscrição na Constituição Portuguesa.....	9
<b>Urbano A. Lopes Dias</b> – As competências e as limitações cognitivas do Supremo Tribunal de Justiça.....	27
<b>Bernardo Lobo Xavier</b> – Reflexões sobre o chamado princípio da irredutibilidade da retribuição (cont.).....	43
<b>Rita Lobo Xavier</b> – Reintegração da legítima de descendente dela privado por força da lei aplicável a sucessão internacional por meio de bens incluídos na herança situados em França – como os irredutíveis gauleses resistem ao Regulamento Europeu das Sucessões.....	79
<b>Pedro Madeira de Brito</b> – Acerca da aparente tipicidade dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.....	95
<b>Pedro Furtado Martins</b> – Faltas por falecimento de cônjuge, parentes ou afins: uma leitura alternativa do regime legal.....	137
<b>Luís Miguel Monteiro</b> – Processo do Trabalho e Agenda do Trabalho Digno.....	175
<b>Pedro Malta da Silveira e Miguel Duarte Santos</b> – PDEADS – Conceito de “Pessoa diretamente envolvida na atividade de distribuição de seguros ou de resseguro” no Direito português.....	197
<b>Ana Sofia de Sá Pereira</b> – A resolução contratual por incumprimento e a extensão do dever de indemnizar.....	235
<b>Paulo da Rocha Pichel</b> – Distribuição de lucros de sociedades estrangeiras sujeitas a um regime de transparência fiscal internacional a sócio residente fiscal não habitual em Portugal. Algumas notas.....	295

**JURISPRUDÊNCIA**

<b>Pedro Romano Martínez e Luís Gonçalves da Silva</b> – Subsídio de refeição. – Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Julho de 2022.....	315
<b>Francisco Rodrigues Rocha</b> – Acordos sobre o valor do interesse a segurar e sobressseguro. – Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Junho de 2017.....	355

## NOTA EDITORIAL

A RDES vai entrar numa nova fase desta 2.<sup>a</sup> Série.

O Senhor Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier deixará de desempenhar as funções que exerce como Director desde que reanimou a Revista, há mais de trinta anos. O Senhor Professor Doutor Pedro Romano Martinez manter-se-á no cargo de Director, sendo responsável pela coordenação e gestão da Revista.

A partir do próximo número, a Revista contará com uma Comissão de Redacção, presidida pela Senhora Professora Doutora Rita Lobo Xavier e que ainda integrará os Senhores Professores Doutores Joana Vasconcelos e Nuno Sousa e Silva, e os Senhores Drs. António Nunes de Carvalho, Paula Ponces Camanho e Paulo da Rocha Pichel. Esta Comissão será responsável por coordenar o processo de avaliação dos artigos submetidos para publicação, cooperando com a direcção na identificação e sugestão de revisores especializados.

O Senhor Dr. Pedro Furtado Martins continuará a exercer as funções de Secretário da Revista.

Com o objectivo de estimular a investigação jurídica e de promover a divulgação dos trabalhos de jovens investigadores nas áreas do Direito e dos Estudos Sociais, os contributos publicados na RDES serão submetidos a um procedimento de *double peer review*, de acordo com os padrões internacionalmente estabelecidos.